

A CIDMAR TEODORO PAIS

A IMPORTÂNCIA DE AMADEU AMARAL E O DIALETO CAIPIRA PARA A GEOLINGUÍSTICA EM SÃO PAULO

Roseli da Silveira (USP)
roselisilv@hotmail.com

Muito antes da publicação de *O Dialeto Caipira*, verificava-se entre nós a discussão sobre a falada língua brasileira. Em Portugal, acreditava-se que não existia e nem nunca existiria tal língua; aqui, havia a certeza de que ela existia sem nenhuma relação mais com a língua que se falava em Portugal.

Amaral, apesar de suas pesquisas sobre línguas – intitulava-se “um hóspede em glotologia” –, não apregoava a existência de uma língua brasileira. É evidente que antevia, sem logicamente poder prever quando, a sua emancipação. Assim como prevê o desaparecimento, em tempo relativamente breve, do dialeto caipira, que apenas seria um aspecto daquela. Depois de analisar as tendências sob novas condições, dentre elas a influência imigratória, diz:

Essas outras tendências irão continuando, naturalmente, a obra incessante da evolução autônoma do nosso falar, que persistirá fatalmente em divergir do português peninsular, e até do português corrente nas demais regiões do país. Mas essa evolução já não será a do dialeto *caipira*. Este acha-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve. Legará, sem dúvida, alguma bagagem ao seu substituto, mas o processo novo se guiará por outras determinantes e por outras leis particulares. (Amaral, 1920, p. 42)

Vasconcelos, no seu “Esquisse d’une Dialectologie Portugaise”, admite até a existência de sub-dialetos brasileiros, além do dialeto. Para ele, o vocábulo “dialeto” tinha o mesmo sentido que lhe dá Bluteau: “Modo de fallar próprio e particular de huma lingua nas diferentes partes do mesmo Reyno: o que cõsiste no accento, ou na pronunciação, ou em certas palavras, ou no modo de declinar ou conjugar”. Acepção de verdadeira língua. “A língua do Brasil, esclarece Leite de Vasconcelos, é o português que, transportado para um meio diferente do da sua origem, passou aí por muitas modificações”. (Vasconcelos, 1901, p. 16)

Com efeito, a natureza e a vida do Brasil profundamente diversas das de Portugal, exigiram nem só a criação de termos novos e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de expressões novas, mas até de alterações gramaticais novas. E essas modificações começaram desde muito cedo, sob a influência do tupi e de outras línguas africanas, europeias, asiáticas e até inventadas pelo povo. João Ribeiro a tudo isso acrescenta “essa coisa curiosa de um vocabulário genuinamente português quinhentista que se arcaizou em Portugal e continua a viver admiravelmente no clima do Brasil”. (Ribeiro, 1933, p. 8)

O método comparativo demonstra essas modificações.

Uma coisa impossível é chamar à ordem o idioma, aprisioná-lo, impor-lhe uma disciplina insuportável. A língua, como os povos, repele essa falsa ordem, a tirania do clérigo arvorado em seu defensor. (Lapa, 1933)

As considerações acima, inclusive todas as citações, foram recortadas do longo e detalhado prefácio de Paulo Duarte a *O Dialeto Caipira*. Metodicamente, Duarte analisa e situa a obra de Amadeu Amaral no cenário da linguística nacional, colocando o autor no lugar de destaque que merece. Mais de uma vez Duarte reivindicou o título de primeiro “moderno” do Brasil para Amaral. Amadeu Amaral sentia a necessidade de renovação.

O Dialeto Caipira é o livro precursor: o falar errado do caipira servia de pretexto para uma literatura leve, de interesse recreativo. Estudá-lo, entretanto, à luz da linguística, observar a sua prosódia, fixar o seu vocabulário peculiar, as suas construções, era praticamente inimaginável àquela altura. Amadeu tomou essa empreitada para si sem nenhum auxílio, apenas dispondo de dois ou três autores de contos e poesias caipiras, além do próprio caipira, que ele procurava para colher ao vivo seu falar.

Na introdução de *O Dialeto Caipira*, que Amaral classifica de “modesta tentativa”, agradece às pessoas que puderem auxiliar e recomenda as seguintes normas a observar:

a) não recolher termos e locuções apenas referidos por outrem, mas só os que forem pessoalmente apanhados em uso, na boca de indivíduos desprevenidos; b) indicar, sempre que for possível, se se trata de dicção pouco usada ou frequente, e se geralmente empregada ou apenas corrente em determinado grupo social; c) grafá-la sempre tal qual for ouvida. Por exemplo: se ouvirem pronunciar capuêra, escrever capuêra e não capoeira. Isto é essencial, e há muitíssimas coleções de vocábulos que, por não terem obedecido a este preceito, quase nenhum serviço prestam aos estudiosos, não passando pouco de meras curiosidades; d) se houver diferen-

A CIDMAR TEODORO PAIS

tes modos de pronunciar o mesmo vocábulo, reproduzi-los todos com a mesma fidelidade; e) sempre que possa dar-se má interpretação à grafia adotada, explicar cumpridamente os pontos duvidosos; f) ter especial cuidado em anotar os sons peculiares à fonética regional (como o som de r em arara, ou o som de g em gente); declarar como devem ser pronunciadas tais letras, no caso de que o devam ser sempre da mesma maneira, e adotar um sinal para distinguir uma pronúncia de outra, no caso de haver mais de uma (por exemplo, um ponto em cima do g quando soa aproximadamente dg, para o diferenciar do que soa à moda culta; uma risca sobre o c, para significar que é explosivo, como em chave (tchave) etc.

Altman (1998), em seu livro *A Pesquisa Linguística no Brasil*, cita Câmara Jr. que, em 1968, constatava:

(...) o ensino de português nas universidades brasileiras é principalmente de caráter filológico e frequentemente se confunde com estudos literários. (Câmara Jr., 1973)

Continuando com Altman, ela comenta: Amadeu Amaral, “um hóspede em glotologia”, recolocou a questão, até então predominantemente tratada em outros domínios, em termos linguísticos. Para um velho problema, *O Dialeto Caipira* definia os parâmetros de uma nova solução, científica, entendida aqui como oposta à normativa, ao propor que:

Seria de se desejar que muitos observadores imparciais, pacientes e metódicos se dedicassem a recolher elementos de cada uma dessas regiões, limitando-se estritamente ao terreno conhecido e banindo por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente. (Amaral, 1920, p. 43)

Amaral inaugurou um novo programa de investigação a seguir. Tratava-se de obter, (...) recolha cuidadosa de fatos, *in loco*, um retrato do dialeto brasileiro.

Tais contribuições permitiriam, um dia, o exame comparativo das várias modalidades locais e regionais, (...) e por ele a discriminação dos fenômenos comuns a todas as regiões do país, dos pertencentes a determinadas regiões, e dos privativos de uma ou de outra fração territorial. Só então se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros, (...). (Amaral, 1920, p. 44)

Mas, ao contrário, o estudo da variação dialetal residual, rural, contribuiria para fundamentar interpretações histórico-filológicas divergentes sobre os substratos da “língua brasileira”.

Em seu livro Amaral tratou da Fonética, da Lexicologia, da Morfologia e da Sintaxe, além de incluir um Vocabulário, que ocupa

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

a maior parte de seu ensaio. Amaral organizou um vocabulário cuidadoso, apesar da quase inexistência de fontes de referência, com a ajuda de uns poucos colaboradores.

O ângulo de visão do autor do Dialeto é o histórico-comparativo.

Na Introdução, revela seu objetivo de estudar a variante brasileira da língua portuguesa em sua modalidade falada:

O que pretendemos neste desprezioso trabalho (de que pedimos escusa aos componentes) é – caracterizar esse dialeto “caipira”, ou, se acham melhor, esse aspecto da dialeção portuguesa em São Paulo. (...) (Amaral, 1920, p. 43)

No capítulo I, Fonética, Amaral anota, quanto à prosódia, que:

O tom geral do frasear é lento, plano e igual, sem a variedade de inflexões, de andamentos e esfumaturas que enriquece a expressão das emoções na pronúncia portuguesa. (Amaral, 1920:45)

No dizer de Duarte,

Com relação aos nossos pronomes deslocados, os estudiosos esbravejavam contra os hereges da língua, em vez de procurarem explicação para o fato. Amaral, não. Foi ver de perto. Analisou o fato linguístico, perquiriu e pesquisou-o cientificamente.

A diferenciação relativa à colocação dos pronomes oblíquos, no Brasil, deve explicar-se, em parte, pelo ritmo da fala e pelo alongamento das vogais. Esses pronomes, no português europeu, se antepõem ou pospõem a outras palavras, que os atraem, incorporando-os. (...) Passando para o Brasil, a língua teve que submeter-se a outro ritmo, determinado por condições fisiológicas e psicológicas diversas: era o suficiente para quebrar a continuidade das leis de atração que agiam em Portugal. (Amaral, 1920, p. 46-47)

Segundo observa Amaral, o /r/ inter e pós vocálico (arara, carta) possui um valor peculiar: é *línguopalatal* e guturalizado: “Para o ouvido, este r caipira assemelha-se bastante ao r inglês post-vocálico.” (Amaral, 1920, p. 47)

Quanto aos elementos do português do século XVI, Amaral afirma que eles não se restringem ao Léxico, mas que todo o dialeto está impregnado deles, da fonética à sintaxe.

Na Carta de Pero Vaz de Caminha abundam formas vocabulares e modismos envelhecidos na língua, mas ainda bem vivos no falar caipira:

A CIDMAR TEODORO PAIS

inorância, parecer (por aparecer), mēa (adj. meia), u'a, trosquia, imos (vamos), despois, reinar (brincar), prepósito, vasios (região dailharga), lutar, desposto, alevantar, “volvemo nos já bem noute”, “veemo nos nas naus”, “lançou o na praya”. (Amaral, 1920, p. 56)

Segue-se uma lista de palavras de origem indígena, na sua maioria tupi, e de elementos de vária procedência. Junto a esses últimos, os vocábulos africanos, que Amaral declara não serem aquisições próprias do dialeto caipira. E observa: “A colaboração do negro, por mais estranho que o pareça, limitou-se à fonética: o que dele nos resta no vocabulário rústico são termos correntes no país inteiro e até em Portugal.” (Amaral, 1920, p. 64)

Quanto à morfologia, observa que o adjetivo e o particípio passado frequentemente deixam de sofrer a flexão genérica, sobretudo se não aparecem contíguos aos substantivos: *essas coisarada bonito, as criação távum quêto, as criação ficárum pestiado*.

Quanto ao número, por exemplo, a pluralidade dos nomes é indicada, geralmente, pelos determinativos: os rei, duas dama, certas hora, u'as fruta, aqueles minino, minhas ermã, suas pranta.

Esta repugnância pela flexão pluralizadora dá lugar a casos curiosos. A frase exclamativa “há que anos!”, equivalente a “há quantos anos!”, sofreu esta torção violenta: há que zano! (ou simplesmente que zano!). (Amaral, 1920, p. 71)

Criteriosamente, Amaral julga que a complexidade dos fenômenos sintáticos, ainda pouco estudados no dialeto, – apenas enumerados às vezes, – não permite por ora sequer tentativas de sistematização.

Ainda assim, anota quanto ao sujeito: “As cláusulas infinitivas dependentes de para têm por sujeito o pronome oblíquo mim, nos casos em que o sujeito devera ser eu: Êle trôxe u'as fruta pra mim cumê (r).”

E a respeito do pronome: “O pronome ele ela pode ser objeto direto: Peguei ele, enxerguei elas.”

Por fim, chegamos ao glossário que ele faz questão de ressaltar que não inclui todos os brasileirismos correntes em São Paulo, nem ao menos todos os que constam de suas notas. Apenas registra

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vocábulo em uso entre os roceiros, ou caipiras, e que foram por ele (s) ouvidos.

Segundo Altman, 1998, dos trabalhos que se sucederam a *O Dialeto Caipira*, só Antenor Nascentes e Mário Marroquim seguiram a proposta de Amaral. Os demais só trataram da prosódia e vocabulário das variantes.

A imprecisão na delimitação de áreas regionais e a ausência de qualquer tipo de transcrição fonética, ao que parece, acabariam por comprometer de fato a produção do período. (Além da superficialidade e impressionismo que marcaram essas obras, devido à falta de uma formação dialetológica de seus autores). (Altman, 1998)

Passados mais de cinquenta anos da publicação de *O Dialeto Caipira*, esta obra ainda se constitui em uma das mais valiosas contribuições para a dialetologia brasileira. E mereceu uma nova investigação sobre o tema.

O dialeto caipira na região de Piracicaba, 1974, de Ada Natal Rodrigues, tem entre outros o objetivo de recolher o falar caipira e atestar a vitalidade desse dialeto.

Amadeu Amaral não definira muito bem a área de suas investigações:

O (falar) de São Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se pode distinguir, sem grande esforço, zonas de diferente matiz dialetal – o Litoral, o chamado ‘Norte’, o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro. (Amaral, 1920, p. 14-15).

Para refazer o percurso de Amaral, a escolha da localidade deveria privilegiar uma área que levasse em conta a fixação dos paulistas, depois das caminhadas do ciclo bandeirante, no século XVIII. O critério foi o de examinar a marcha da colonização e fazer-se a opção por uma localidade que estivesse dentro da chamada “zona velha”, segundo explica a autora.

A escolha recaiu sobre Piracicaba, por ser uma das regiões onde o dialeto caipira, mesmo na área urbana, teria grande vigor; por estar na *zona velha de colonização*; e por haver o interesse e a ajuda do Departamento de Ciências Sociais da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.

A CIDMAR TEODORO PAIS

A escolha dos informantes obedeceu a normas consagradas em pesquisas dialetais, assim como a técnica de pesquisa utilizada: gravação de diálogos, entrevistas e inquéritos fonéticos. Aplicou-se, ainda, um teste sociolinguístico na região de Piracicaba.

Os pressupostos da teoria de Chomsky, de que a gramática de uma língua deve ser a descrição da competência intrínseca do falante-ouvinte ideal, de uma comunidade de todo homogênea, devem se prestar a uma verificação empírica.

A utilização de um *corpus* constituído para uma pesquisa dialetal teve por objetivo fazer essa verificação do modelo proposto pela teoria gerativa. A metodologia da gramática gerativo-transformacional, que tem por componente de base a Sintaxe, uniram-se os aportes da Sociolinguística.

O livro de Rodrigues, com prefácio de Nelson Rossi, contém I-Introdução, II- Morfossintaxe, que constitui a análise do material coletado *in loco*, à luz da teoria gerativa, e III- Fonética e Fonologia, onde se faz a descrição fonológica, após a transcrição dos inquéritos, e a Conclusão, que se pretende apenas uma reunião de dados, sem caráter definitivo.

As conclusões a que Rodrigues chegou, para citar algumas, foram as seguintes:

- Realizações fônicas: *suscetíveis de ...* (Ex.: alternância b :: v). A análise fonética e fonológica, embora puramente descritiva, faz um levantamento de dados que mostram características peculiares, em relação ao sistema-padrão;
- Morfossintaxe – ausência de redundância na concordância do sintagma nominal (só o determinante, de modo geral, recebe o morfema de plural). O gênero, intrínseco ao N, é algumas vezes marcado, outras não, no determinante e no adjetivo. Quanto ao nome, representado por um nome pessoal – NPess, não se observa do ponto de vista formal, a não ser esporadicamente e/ou enfaticamente, a oposição sujeito/complemento. *Mim* é sempre sujeito do infinitivo, antecedido por *para*. O modelo de análise morfossintática permitiu conduzir as hipóteses formalizadas a uma verificação empírica. A teoria gramatical foi capaz de explicitar as fra-

ses da língua, que, no nível da realização, pelas transformações efetuadas ou pelas não concretizadas, mostram uma estrutura superficial, às vezes mais próxima da estrutura profunda, outras vezes mais distante, pelas derivações contínuas;

- Pode-se, portanto, pensar em uma forma divergente da língua-padrão, num grupo específico, numa área geográfica restrita. Os resultados obtidos levam, assim, à conclusão de que se trata de um dialeto. No consenso dos moradores da área urbana, este dialeto é uma “fala caipira” e os próprios informantes têm consciência disso quando, para fugir à conotação pejorativa que se atribui ao caipira, tentam *melhorar* os seus recursos de expressão.
- O ritmo da frase, o sistema de vogais e a documentação de certas consoantes causam grande impacto em pessoas que nunca os ouviram, no português do Brasil. Estas características são as que se reconhecem, de imediato, como sendo as do dialeto caipira mais do que outras. Os informantes, pela sua maneira de ser e de viver, são representantes de uma cultura caipira, que, embora sob pressões exteriores, sentem-se unidos por um patrimônio comum – a sua maneira de falar.

A GEOLINGUÍSTICA EM SÃO PAULO:
ESTUDO DE ASPECTOS SEMÂNTICO-LEXICAIS
NA 1ª FAIXA ETÁRIA (18-30 ANOS)

INTRODUÇÃO

De acordo com Gadet, 1992, que faz um balanço da obra de Labov, a heterogeneidade é uma dimensão mesma da estrutura da língua. Mas ele revela que o lugar onde se reconhece uma estruturação de heterogeneidade não é o locutor como indivíduo, mas a comunidade no seu conjunto.

O efeito para o falante da existência de uma variação estruturada na comunidade, é a possibilidade que esta se torne emblema de

A CIDMAR TEODORO PAIS

uma identidade, permita de se reconhecer e de reconhecer os outros como tendo certa identidade social. Donde a definição de comunidade linguística como um conjunto de indivíduos que, além da densidade das relações de comunicação, partilham as mesmas atitudes avaliativas em termos de prestígio e de comportamento.

A ideia de “normas compartilhadas” é, aliás, o único modo que pode explicar duas dimensões cruciais: o fato que são as mesmas variáveis que intervêm na diferenciação social, e na diferenciação estilística, orientadas de acordo com uma mesma direção; e o deslocamento eventual, da parte de um falante, entre a sua produção e seus julgamentos (entre a norma reconhecida e as produções).

É o que acontece com o dialeto caipira: trata-se de uma norma compartilhada por um grupo de indivíduos que se reconhecem e são reconhecidos por compartilhar dessas normas, que lhes dá identidade. É o que conclui Rodrigues em seu trabalho, em outras palavras.

Também pode acontecer de uma norma compartilhada por um grupo de indivíduos se manter, na fala de um indivíduo, como marca de seu grupo e de uma época. É o caso do registro, na fala de um sujeito de mais de 70 anos, morador na maior parte de sua vida na cidade de São Paulo, da lexia *gare*.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

É no inventário lexical que se observa mais nitidamente a constante mudança de visões de mundo compartilhadas pelo grupo. Como a língua é, ao mesmo tempo, geradora e suporte de fatos antropoculturais, está em constante mudança, condicionada às necessidades dos integrantes do grupo e de acordo com a mudanças do meio social.

Segundo Câmara Jr., a língua tem a função de expressar a cultura para permitir a comunicação social, e é arbitrária. Daí que ela é uma instituição eminentemente mutável no tempo.

Assim em cada momento da vida coletiva, há o sentimento da fixidez da língua. Socialmente real, ele é, não obstante, naturalmente ilusório, porque a força conservadora e a resistência da estrutura nunca e nehuens conseguem deter a mudança. (Câmara Jr., 1973)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O universo léxico, portanto, está sujeito à ação das duas leis que, aparentemente antagônicas, permitem a estabilidade do sistema: a da continuidade e a da mudança. Resulta, pois, que uma parte do léxico se conserva, ocorre uma renovação de unidades lexicais e há o desaparecimento de outras.

Nessa linha de pensamento, Barbosa acrescenta:

Existe, pois, uma parte nuclear no vocabulário de uma língua, uma dianorma, que é transmitida de uma geração a outra, assegura a possibilidade de comunicação, no quadro de uma comunidade nacional, e que dá a esta última o sentimento de sua continuidade

Esse fato ocasiona a maior permanência do vocabulário fundamental de uma língua, na passagem de diferentes épocas, e determina ainda uma relativa resistência social à renovação, e certa insistência na manutenção da tradição lexical. Entretanto, as mudanças ocorrem, mesmo que encontrem certos tipos de obstáculos. (Barbosa, 1981, p. 132)

Na terminologia proposta por B. Pottier, semema define-se como conjunto de semas reconhecíveis no interior do signo mínimo (ou morfema). A unidade de significação, assim delimitada, é composta de três subconjuntos sêmicos: o classema (os semas genéricos), o semantema (os semas específicos) e o virtuemema (os semas conotativos). (Pottier, 1972)

É por essas razões que Rastier (1966, p. 15), afirma:

Tutescu estima que Todorov tinha razão em falar de semas referenciais quando ele escrevia: “A menor mudança na realidade extralinguística nos obriga a modificar o inventário dos semas. (...) Em contrapartida, se se define o sema como um elemento diferencial conjugando ou disjungindo dois sememas, esta objeção vem toda ao caso”.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Selecionamos a questão de nº 230 do questionário semântico-lexical do ALiB, ampliado com questões específicas para a cidade de São Paulo, e aplicamos a sujeitos da primeira faixa etária: de 18 a 30 anos: Questão 229: “Como se chama o local onde os ônibus deixam e pegam passageiros?”

Questão 230: “E os trens?”

A CIDMAR TEODORO PAIS

O procedimento de análise consistirá na verificação da definição da lexia ‘estação’, resposta da 1ª faixa etária, em comparação à ‘gare’, em dicionários de língua geral, em relação ao inventário dos semas que as compõem, para constatar por que uma variante se sobrepôs à outra.

NÁLISE DOS DADOS

No romance fragmentário *Memórias Sentimentais de João Miramar*, de 1924, Oswald de Andrade emprega a lexia *gare* várias vezes para nomear vários capítulos como este:

As meninas da gare
Eram três ou quatro moças bem moças e bem gentis
Com cabelos mui pretos pelas espáduas
E suas vergonhas tão altas e tão saradinhas
Que de nós as muito bem olharmos
Não tínhamos nenhuma vergonha. (Andrade, 1978, p. 80)

Em Borba, 2002, *Dicionário de Usos do Português*, achamos:

gare N.f. parte das estações ferroviárias onde embarcam e desembarcam passageiros e mercadorias: *O terminal que apresentou maior movimentação foi a gare Dom Pedro II, na central do Brasil. (ESP); De que “estilo” seriam as gares de embarque e desembarque de passageiros? (AQT)*

estação Nf * [Concreto] 1 lugar onde se processam o embarque e desembarque de passageiros: *o banheiro parece o de uma estação ferroviária, imundo (BB); Estávamos na plataforma de uma estação do metrô (CRU)*

Em Ferreira, no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1986, achamos:

gare (Do fr. *gare*) s.f. Gal. Estação de estrada de ferro.

estação. [Do lat. *statione*] S. f. 1. Paragem ou pausa em um lugar; estada, estância, parada. 2. Lugar em que se processa embarque e desembarque de passageiros e/ou carga de trem, navio, ônibus, avião etc.

Como as lexias são polissemêmicas, restringimo-nos ao (s) semema (s) em primeira acepção.

O que percebemos é que a variante ‘gare’, muito usada em São Paulo no início do século passado, concorria com a variante ‘es-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tação'. Como a primeira, em seu sema genérico *estação*, ficava limitada ao sema específico *de ferro*, e houve mudanças no meio social a que a lexia não mais respondia, optou-se pela variante 'estação' e a ela acrescentaram-se os semas específicos *de trem*, *navio*, *ônibus*, *a-vião* e até *de metrô*, que aparece na citação de Borba para estação.

CONCLUSÃO

Variante de prestígio na época de Oswald, na cidade de São Paulo, por influência da "*belle époque*", 'gare' é um empréstimo do francês que só subsiste hoje na "memória lexical" de pessoas de uma faixa etária acima dos 65 anos.

A lexia 'estação' substituiu praticamente a lexia 'gare' em todos os contextos, em função da mudança do referente, do meio social; ampliou-se o inventário de seus semas específicos incorporando transportes mais modernos, como o metrô, mais condizentes com uma megalópole como São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: O Livro, 1920. [2ª ed. 1955].

ANDRADE, Oswald de. *Poesias reunidas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA, Maria Ap. *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. São Paulo: Global, 1981.

BORBA, Francisco S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

CÂMARA JR., J. Matoso. *Princípios de lingüística geral: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973.

A CIDMAR TEODORO PAIS

DUARTE, Paulo. Prefácio. **In:** AMARAL, Amadeu. *O Dialeto Caipira*. São Paulo: O Livro, 1955.

GADET, F. (org.). *Hétérogénéité et variation: Labov, un bilan*. Langues, 1992.

POTTIER, Bernard. *Estruturas Lingüísticas do Português*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

RASTIER, François. *Sémantique interprétative*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

RODRIGUES, Ada Natal. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática, 1974.